

1 Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, na sede  
2 do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração Federal Sul,  
3 quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito  
4 Federal, iniciou-se a vigésima sétima plenária do décimo sétimo plenário do Conselho Federal  
5 de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega,  
6 Célia Zenaide da Silva, Clarissa Paranhos Guedes, Daniela Sacramento Zanini, Fabián Javier  
7 Marin Rueda, Júnia Maria Campos Lara, Marisa Helena Alves, Norma Celiane Cosmo e Pedro  
8 Paulo Gastalho de Bicalho. 16. SOLICITAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO  
9 SOBRE NOVAS PRÁTICAS NOS DIAS 13 E 14 DE ABRIL/19: Júnia Maria Campos Lara  
10 contextualiza o assunto para o plenário. Ela aponta que as novas práticas vinham sendo  
11 discutidas dentro do Sistema Conselhos, mas que em 2017 surgiram muitas outras modalidades  
12 com a possibilidade de as(os) psicólogas(os) desenvolverem como acupuntura, aromaterapia,  
13 meditação, musicoterapia, entre outros. Júnia Lara pontua que na APAF de 2018 foi aprovada  
14 uma proposta de regulação que criassem critérios para classificar as novas práticas como  
15 reconhecidas e não reconhecidas. Para criação do observatório ela propõe a realização de um  
16 Seminário ou Fórum com um representante de cada CRP e presença do Luiz Alberto Hanns e  
17 do Emanuel Tourinho para construir critérios de avaliação de Práticas Integrativas e  
18 Complementares (PICs) e novas práticas, uma vez que ela entende que, envolvendo dos  
19 Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), o documento teria mais peso. Depois desse  
20 seminário a comissão fará um relatório para levar para a APAF de Maio de 2019. Ana Sandra  
21 Nóbrega propõe que os representantes abarquem técnicos da Comissão de Orientação e  
22 Fiscalização (COF) para garantir continuidade na discussão. Encaminhamento: Aprovada a  
23 realização do Seminário, em 13 e 14 de abril de 2019, em local fora do CFP (a ser definido pela  
24 Coordenação Geral). O evento deverá contar com a participação de um técnico da COF de cada  
25 CRP, o Grupo de Trabalho de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização e os  
26 funcionários do CFP que forem necessários. 17. AVALIAÇÃO DE TESTE PSICOLÓGICO -  
27 BATERIA DE AVALIAÇÃO DE SELEÇÃO (BASE): Daniela Zanini contextualiza que o  
28 Teste Psicológico foi analisado por pareceristas *Ad Hoc* e Comissão Consultiva em Avaliação  
29 Psicológica (CCAP). Ela faz a leitura da avaliação do relator e conclui que o instrumento  
30 atende a Resolução CFP 09/2018. Encaminhamento: Aprovado parecer da CCAP que  
31 considera o teste favorável para uso na prática profissional. 18. DESIGNAÇÃO DE  
32 PARTICIPANTE PARA GT DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: Fabián Rueda contextualiza  
33 que o GT foi aprovado na APAF de dezembro de 2018, com a finalidade de discutir uma  
34 minuta de resolução para a Especialidade em Avaliação Psicológica. Fabián Rueda destaca que  
35 para dar andamento ao processo é necessário que o CFP eleja seus representantes para o GT de  
36 Avaliação Psicológica. Encaminhamento: Foram aprovados por unanimidade os conselheiros  
37 Fabián Rueda e Daniela Zanini para serem os representantes do CFP para coordenar o GT da  
38 APAF de Avaliação Psicológica. 19. MINUTA DE PARECER SOBRE OS RETROCESSOS  
39 NA NOVA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL: Ponto retirado da pauta a pedido da

40 conselheira Marisa Helena Alves e da assessoria parlamentar do CFP, uma vez que essa pauta  
41 está prescrita. 20. ASPECTOS CONSTANTES NA RESOLUÇÃO CFP Nº11/2018 QUE  
42 TEM GERADO DEMANDAS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: Fabián Rueda inicia a  
43 fala apontando as demandas que o Sistema Conselhos tem recebido. Ele contextualiza que  
44 existem testes psicológicos que são feitos on line e destaca que isso precisa ser evidenciado na  
45 Resolução Nº11/2018. Após discussão com o plenário Fabián Rueda propõe a criação de uma  
46 nota orientativa destacando que o teste pode ser utilizado on line, mas que as respostas  
47 precisam ser feitas na presença de um psicólogo. Encaminhamento: CCAP deverá construir  
48 uma nota técnica/orientativa em relação ao atendimento online e instrumentos psicológicos  
49 informatizados. O documento deverá ser apresentado na próxima plenária. 21.  
50 APRECIÇÃO DE NOTA TÉCNICA PARA ACBG (ASSOCIAÇÃO CÂNCER BOCA E  
51 GARGANTA): Daniela Zanini informa que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi  
52 convidado em 2018 para participar do Grupo de Trabalho de Câncer de Cabeça e Pescoço  
53 (GTCCP), mas que como o CFP não conseguiu nenhum representante, ela, Daniela Zanini  
54 indicou um ex aluno de mestrado, que trabalha especificamente nessa área, para participar. Ela  
55 destaca que a demanda da associação é a diversidade ao atendimento, então eles querem  
56 produzir um documento que regulamente os atendimentos aos pacientes com esse tipo de  
57 câncer. Daniela Zanini informa que Wanderlei, seu ex aluno, participou da elaboração desse  
58 documento (Nota Técnica) que ela traz para o Plenário referendar a parte do texto que faz  
59 menção à Psicologia, com ou sem alterações. Daniela Zanini fez a leitura do documento para o  
60 Plenário. O Plenário discutiu a escrita de alguns pontos, tendo pequenas alterações no texto da  
61 Nota. Encaminhamento: a) A Nota Técnica para ACBG foi aprovada com as seguintes  
62 alterações. I) A redação final do item 1 deverá ser: Realizar avaliação psicológica, através do  
63 exame psíquico e uso de testes psicológicos aprovados pelo SATEPSI e atendendo a Resolução  
64 09/2018. II) No item 10 substituir “cessação do tabagismo e etilismo” por “uso problemático  
65 de álcool, tabaco e outras drogas”. III) Utilizar, em todo o texto, o termo “uso problemático de  
66 álcool, tabaco e outras drogas” em substituição a termos como tabagismo e etilismo (verificar  
67 se há termos semelhantes). 22. NOTA TÉCNICA - CONSTRUÇÃO, ADAPTAÇÃO E  
68 ESTUDOS DE EQUIVALÊNCIA DE TESTES PSICOLÓGICOS PARA PESSOAS COM  
69 DEFICIÊNCIA: Daniela Zanini explica ao plenário as mudanças que foram feitas na Nota  
70 Técnica, como encaminhamento da Plenária de janeiro de 2019. Ela faz a leitura do documento  
71 para a Plenário, explicitando o que foi alterado no texto, encaminhando para aprovação. P  
72 Encaminhamento: Aprovada a nota técnica sem alterações. 23. CONTINUIDADE DOS  
73 DIÁLOGOS SOBRE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: Júnia Lara  
74 informa que esse ponto foi contemplado nos encaminhamentos do ponto dez da pauta  
75 (Solicitação de realização de Seminário sobre Novas Práticas nos dias 13 e 14 de Abril/19).  
76 Encaminhamento: GTEC deverá enviar documentos produzidos sobre PICs para a conselheira  
77 Ana Sandra Nóbrega que por sua vez, avaliará o material e compartilhará com a conselheira  
78 Júnia Lara. 24. DEMANDA DO CRP-16 SOBRE DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES

79 NA ETAPA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM CONCURSO: Fabián Rueda destaca que  
80 essa foi uma demanda recebida pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP),  
81 mas que ele avalia que é um assunto a ser discutido pelo Plenário. Fabián Rueda expõe o caso  
82 sobre supostas irregularidades acerca da etapa de avaliação psicológica no Concurso Público da  
83 Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Espírito Santo. O CRP 16 produziu um documento e  
84 enviou ao Ministério Público do Espírito Santo solicitando a suspensão imediata do certame,  
85 para análise de violação de direito na etapa de avaliação psicológica. O Ministério Público  
86 indeferiu essa solicitação do CRP 16. Frente a isso o CRP 16 solicitou à CCAP um  
87 pronunciamento sobre cinco pontos específicos por eles levantados. Fabián Rueda acredita que  
88 a resposta ao regional não pode ser assinada pela CCAP, mas sim pelo plenário. Ana Sandra  
89 Nóbrega pontua que, na opinião dela, como se trata de uma demanda muito específica de um  
90 regional, ela deve ser tratada apenas com ele. Ana Sandra Nóbrega ainda menciona que o CRP  
91 não pode se posicionar como um perito nesses casos específicos, mas sim no concurso como  
92 um topo. Encaminhamento: a) Construir resposta ao CRP-16. b) Resposta ao CRP deve  
93 constar a especificidade do CRP e apresentar as diferentes ações que o CFP já realiza em  
94 relação a avaliação psicológica. c) Informar que, para as demandas trazidas, não há  
95 disponibilidade de realizar capacitações para todos os CRPs. d) Fabián Rueda e Daniela  
96 Zanini deverão ser consultados para construção da resposta ao CRP. e) Propor apoio  
97 direcionado ao CRP-16, uma vez que se trata de demanda específica. f) Orientar que o CRP  
98 não deve se posicionar como perito, mas avaliar o concurso como um todo, apontando as  
99 irregularidades ao Ministério Público. 25. Encaminhamento: a CCAP responderá o ofício do  
100 CRP16, com base na discussão realizada na plenária. **FORMAÇÃO DE**  
101 **PSICOTERAPEUTAS:** Ana Sandra Nóbrega contextualizou o ponto informando ao plenário  
102 que, em setembro de 2018, a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP) solicitou que  
103 fosse apreciada pelo CFP a proposta de inclusão de um anexo na Resolução CFP nº010/00 que  
104 especifica e qualifica a psicoterapia como prática do psicólogo: uma Cartilha orientadora para o  
105 exercício da psicoterapia. A Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP), com o objetivo de  
106 colaborar para a qualificação tanto dos psicoterapeutas como dos Serviços de Atendimento,  
107 construiu uma Nota Técnica Orientativa para Formação em Psicoterapia e enviou ao CFP para  
108 apreciação. Ana Sandra Nóbrega sugeriu que, caso aprovada pelo plenário, ela seja enviada aos  
109 regionais para estes discutirem a nota e que posteriormente ela seja pautada para a APAF de  
110 maio de 2019. Ana Sandra fez a leitura do documento. Alguns conselheiros fizeram  
111 considerações sobre a nota. Pedro Paulo Bicalho propõe fazer um encontro de dois dias com  
112 um representante de cada CRP, ABRAP, CFP, para trabalhar as questões da psicoterapia,  
113 avaliar essa nota e recuperar o ano da psicoterapia, com diretrizes objetivas e tangíveis.  
114 Encaminhamento: a) Encaminhar a nota para os CRPs solicitando que eles discutam o  
115 documento, apresentem contribuições e escolham um representante para discutir o assunto em  
116 um Seminário. b) O CFP organizará um Seminário de dois dias (26 e 27 de abril) com um  
117 representante de cada CRP, ABRAP, CFP para discutir a nota e recuperar as questões do ano

118 da psicoterapia a fim de estabelecer diretrizes objetivas e tangíveis. c) A discussão deverá ser  
119 levada para a APAF. d) A Plenária do mês de abril do CFP será nos dias 26, 27 e 28 de abril.  
120 e) Antes de enviar o documento para os CRPs, fazer uma revisão geral no documento, visando:  
121 I) Deixar evidente, ao longo do texto, que a psicoterapia não é exclusiva da Psicologia (outras  
122 profissões também fazem psicoterapia); II) No parágrafo que começa “levando-se em  
123 consideração”, após “auxiliar um profissional” inserir “aos sistemas, aos serviços e a  
124 sociedade”. III) No item pré-requisitos, retirar “medicina”. IV) No item pré-requisitos, onde  
125 está “Outro” substituir para “outro”. V) No último parágrafo, substituir “paciente” por “pessoa  
126 que utiliza o serviço”. 26. ACOMPANHAMENTO DAS COMISSÕES DAS REFERÊNCIAS  
127 DO CREPOP: Clarissa Paranhos Guedes apresentou ao plenário a capa escolhida para a  
128 referência técnica “Questões da Terra” que será lançada em breve. Clarissa Paranhos Guedes  
129 fez também um breve relato das próximas referências técnicas que serão lançadas, Questões da  
130 Terra, Saúde do Trabalhador e Alcool e Outras Drogas, expondo ao plenário que as comissões  
131 do CREPOP assumiram a revisão gramatical, uma vez que ainda estão aguardando a licitação  
132 da empresa que será responsável pelas correções dos textos. Essa estratégia foi assumida a fim  
133 de que todas as referências não sejam lançadas de uma única vez. Clarissa Paranhos Guedes  
134 também fez um esclarecimento sobre a referência de Direitos Sexuais e Reprodutivos. Ela  
135 pontuou que, como o convênio a ser firmado para a sistematização qualitativa dos dados das  
136 pesquisas ainda vai demorar, e isso vai interferir diretamente na data de lançamento da  
137 referência de Direitos Sexuais e Reprodutivos, a comissão criou uma estratégia para ela própria  
138 produzir os relatórios. Assim, a conselheira Sandra Spósito convocará a Comissão de Direitos  
139 Sexuais e Direitos Reprodutivos para trabalhar os dados brutos da pesquisa, dispensando a  
140 sistematização contratada e dando celeridade à produção. Marisa Helena Alves apresenta o  
141 status da Comissão de Educação Inclusiva e diz que dois membros deixaram o grupo. Ela  
142 destaca que falta o eixo quatro para fazer revisão e ser colocado em consulta pública. Marisa  
143 Helena Alves propôs Bianca Angelucci para fazer o eixo quatro e a revisão geral do  
144 documento. Célia Zenaide da Silva relatou que, para a referência cuja temática é Idosos, eles  
145 possuem três pessoas confirmadas, e que a indicação da quarta pessoa foi avaliada como não  
146 sendo adequada, então estão precisando da indicação de um novo nome. Célia Zenaide da  
147 Silva faz a leitura dos nomes que foram indicados: Mariele Rodrigues Correa, Vicente de  
148 Paula Faleiros, Priscila Cristina Correa ribeiro, Laura Maria Melo Machado, Monica Yassuda,  
149 Suelma Inês. Júnia Lara também indicou Rute Velasques. Fabián Rueda indicou Elizabeth  
150 Barham. Clarissa Paranhos Guedes apresentou as opções de nomes, enviados por Andréa  
151 Esmeraldo, para compor a comissão para elaboração da referência População em Situação de  
152 Rua: Fernanda Cavalcante e Eduardo Esmeraldo Filho. Ela ainda solicitou ao plenário mais  
153 indicações, caso tivessem. Clarissa Paranhos Guedes relatou a dificuldade que estão tendo em  
154 montar a comissão de População Tradicionais e Quilombolas. Clarissa Paranhos Guedes  
155 ressalta que seria muito importante ter uma pessoa que seja quilombola ou descendente.  
156 Clarissa faz a leitura dos nomes indicados: Eliane Costa, Daniele Muniz Lima e Maria de Jesus



157 Moura. Marisa Helena Alves se dispôs a fazer uma outra indicação. Outros conselheiros  
158 comentaram sobre o andamento de suas comissões. Encaminhamentos: a) A conselheira  
159 Sandra Spósito convocará a Comissão de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos para  
160 trabalhar os dados brutos da pesquisa, dispensando a sistematização contratada e dando  
161 celeridade a produção. b) Comissão de Educação Inclusiva: Convidar a Carla Biancha  
162 Angelucci. c) Comissão do Idoso: Convidar Rute Velasquez (Indicada por Júnia Lara) e  
163 Elizabeth Barham (Indicada por Fabián Rueda). d) Comissão de População em situação de  
164 rua: Convidar Fernanda Cavalcante e Eduardo Esmeraldo Filho. e) Comissão de Povos  
165 quilombolas: Convidar Daniele Muniz Lima e outra pessoa que a Marisa Helena Alves  
166 indicará. f) Comissão de Gestores do SUS: Ana Sandra se reunirá, no dia 21/03/19, com  
167 Monalisa Barros. g) Haverá Reunião Nacional do CREPOP nos dias 11 e 12 de abril de 2019.  
168 27. RESOLUÇÃO CFP Nº 004/2019 que Institui as regras para a elaboração de documentos  
169 escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional, e revoga a resolução CFP  
170 07/2003 e Resolução CFP 15/1996: Daniela Zanini discursa sobre os problemas encontrados  
171 na Resolução 004/2019 após a publicação. Ela questiona ao plenário sobre a possibilidade de  
172 revogar tal resolução e publicá-la novamente, com as devidas correções. Além disso Daniela  
173 Zanini fala sobre a importância de se fazer um diálogo digital com o objetivo de informar à  
174 categoria e esclarecer sobre o assunto. Daniela ainda destaca duas outras ações que ela acredita  
175 ser de suma importância: criar um GT para elaborar uma resolução comentada e fazer uma  
176 reunião com os técnicos do CRPs, para orientá-los a respeito desse assunto. Encaminhamentos:  
177 a) Foi aprovada a revogação da Resolução CFP nº 004/2019 para correção da numeração e  
178 alguns ajustes gramaticais. b) Criar um GT do CFP para comentar a resolução, a partir das  
179 demandas que chegarem ao CFP. c) Diálogo Digital com o objetivo de orientar a categoria  
180 sobre o assunto (documentos psicológicos escritos). d) Fazer reunião com os técnicos dos  
181 CRPs para orientações. 28. ANÁLISE REQUERIMENTO COM PEDIDO DE URGÊNCIA -  
182 Documento - SEI (0109198) | 29. ANÁLISE REQUERIMENTO COM PEDIDO DE  
183 URGÊNCIA - Documento - SEI (0107627) | 30. ANÁLISE REQUERIMENTO COM  
184 PEDIDO DE URGÊNCIA - DOCUMENTO - SEI (0105180); DOCUMENTO - SEI  
185 (0105184); DOCUMENTO - SEI (0105190); DOCUMENTO - SEI (0105193): Pedro Paulo  
186 Bicalho pede para o Plenário avaliar a resposta elaborada para essas demandas. Ana Sandra  
187 Arcoverde Nóbrega esclarece que foram enviadas ao CFP algumas dúvidas/questionamentos  
188 sobre o processo eleitoral. Ela pontua que a diretoria do CFP avaliou que, nem a diretoria, nem  
189 o Plenário devem ser responsáveis por essa resposta, uma vez que já existe uma Comissão  
190 Eleitoral que é o Foro competente para tratar desses assuntos relativos ao processo eleitoral.  
191 Assim, o documento a ser apreciado, é um documento resposta aos requerentes, informando  
192 que não é da competência do CFP avaliar esse tipo de questão, que elas devem ser enviadas  
193 para a Comissão Eleitoral. Fabián Rueda pontua que as dúvidas são legítimas, mas que não  
194 compete ao CFP respondê-las. Pedro Paulo Bicalho fez a leitura do documento para o Plenário.  
195 Encaminhamento: A plenária aprovou a minuta de resposta com alteração. Informar na

196 resposta, apenas, que o CFP não é o órgão competente para responder ao questionamento  
197 enviado. 31. DELIBERAÇÃO SOBRE LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO E  
198 LINGUAGEM NÃO RACISTA: Pedro Paulo Bicalho explica ao plenário que  
199 encaminhamento retirado na plenária de janeiro sobre esse ponto gerou dúvidas em alguns  
200 setores do CFP. Ele relata que foi deliberado que a GCOM faria revisão gramatical e  
201 ortográfica, assim como adequação de linguagem inclusiva de gênero e não racista do texto do  
202 novo Código de Processamento Disciplinar (CPD) do CFP. Foi deliberado que para esse texto  
203 do CPD a adequação de linguagem inclusiva de gênero e não racista seria aplicado apenas ao  
204 que se referisse à categoria, Psicólogas, e os demais seguiriam a norma culta da língua  
205 portuguesa. Pedro Paulo Bicalho destaca que a dúvida é se essa adequação será aplicada  
206 somente ao novo CPD ou a todos os textos produzidos e veiculados pelo CFP. Ana Sandra  
207 Nóbrega expõe que, para ela, deveria ser aplicado a todos os textos que forem produzidos pelo  
208 CFP a partir desse momento. Fabián Rueda expõe sua preocupação sobre a dificuldade que o  
209 gendramento pode trazer para a leitura. Ele sugere colocar o texto todo no feminino. Luana  
210 Spinillo da Gerência de Comunicação do CFP pergunta se o gendramento existirá para todas as  
211 categorias mencionadas nos textos do CFP ou será aplicada apenas à categoria, ou seja, quando  
212 aparecer a palavra psicólogo. Os conselheiros presentes avaliaram que seria melhor debater  
213 esse ponto na próxima plenária, com um quórum maior. Encaminhamento: pautar para a  
214 plenária de março. 32. COMISSÕES INTERSETORIAIS DO CNS - REPRESENTAÇÕES  
215 DO CFP: Marisa Helena Alves informa ao Plenário que o Conselho Nacional de Saúde (CNS)  
216 enviou um ofício ao CFP com a relação das entidades que compõem as comissões intersetoriais  
217 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e nesse mesmo ofício o CNS questiona o CFP sobre a  
218 permanência dos seus representantes nas comissões atuais, e ainda solicita indicação, caso seja  
219 do interesse do CFP, de nomes para participar de outras comissões. Marisa Helena Alves  
220 destaca que os integrantes atuais do CFP nas comissões do CNS estarão nessas representações  
221 até junho de 2019, quando acontece a mudança de integrantes. Ela pontua que, atualmente, o  
222 CFP compõe e está na coordenação da Comissão de Saúde Mental do CNS. Pedro Paulo  
223 Bicalho sugere que Marisa Helena Alves discuta isso com a Gerência de Relações  
224 Institucionais do CFP, para avaliar como está sendo desenvolvido o trabalho de cada um desses  
225 representantes, para tomar essa decisão. Marisa Helena Alves e outros conselheiros fizeram  
226 um breve relato dos seus respectivos trabalho nas comissões do CNS. Daniel Arruda da GRI  
227 também comentou brevemente o trabalho de cada uma das comissões. Ele inclusive reforça que  
228 a composição dessas comissões continuam até junho de 2019, e depois disso todas as  
229 comissões serão reformuladas. Encaminhamentos: a) Manter os representantes atuais até  
230 junho. b) Iniciar articulações para o CFP integrar as seguintes comissões do CNS: I) Comissão  
231 Intersetorial de Atenção a Saúde das Pessoas com Deficiência; II) Comissão Intersetorial de  
232 Saúde Suplementar; III) Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. 33. REVISÃO DE  
233 CALENDÁRIO E ORÇAMENTO DA CONPAS.: Célia Zenaide da Silva contextualiza o  
234 ponto e traz para o plenário um novo calendário do CONPAS. Ela destaca que o ponto mais

*Luana Spinillo*  
*Marisa Helena Alves*  
*Daniel Arruda da GRI*  
*Célia Zenaide da Silva*  
*6*

235 questionado foram as datas da Mostra de Práticas em Assistência Social. Dessa forma, após a  
236 reunião presencial da CONPAS, as datas foram reformuladas. Fabián Rueda e Norma Celiane  
237 Cosmo alertam sobre a questão de as datas da Mostra estarem sendo coincidentes com as datas  
238 que estarão acontecendo os Coreps nos CRPs. Encaminhamentos: a) Fazer uma reunião  
239 telefônica, antes da reunião presencial da CONPAS, para avaliar as condições concretas de  
240 realização da Mostra. b) Pautar para a próxima Plenária. 34. PARECER SOBRE O  
241 PROJETO DE LEI Nº 7081/2010: Cleonice Dornelles, Assessora Parlamentar do CFP  
242 contextualiza o plenário sobre o PL 7081/2010, que dispõe sobre o acompanhamento integral  
243 para educandos com dislexia e TDAH na educação básica. Ela destaca que ele já foi aprovado  
244 no Senado e segue para a Câmara para avaliação conclusiva nas comissões. Cleonice Dornelles  
245 informa que o CRP 06 acionou o CFP para impedir o andamento desse projeto. Após  
246 articulações, o CFP conseguiu recolher 80 assinaturas de deputados e apresentar um recurso  
247 contra as avaliações conclusivas nas comissões. A GTEC elaborou uma minuta de parecer para  
248 ser posteriormente utilizada por deputados e senadores que também são contra a aprovação  
249 desse PL. Cleonice Dornelles (ASPAR) fez a leitura da minuta do parecer sobre o PL  
250 7081/2010 para o plenário apreciar. Encaminhamentos: a) Parecer aprovado pelo Plenário. b)  
251 Dar um retorno ao CRP 06 das ações que o CFP realizou em relação a esse PL. 35. PROJETO  
252 DE LEI QUE ASSEGURA AUTONOMIA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO: Cleonice  
253 Dornelles da Assessoria Parlamentar do CFP (ASPAR) contextualiza o plenário sobre os  
254 tramites seguidos pelo CFP em relação à minuta do Projeto de Lei, que altera a Lei 9.656/98  
255 (Lei dos Planos de Saúde). Norma Celiane Cosmo relembra que existe um GT para tratar desse  
256 assunto, e que as decisões sobre esse PL devem respeitar o trabalho deste GT (representantes  
257 do CRPs na área da Saúde). Daniela Zanini aponta a fragilidade em se discutir esse ponto na  
258 ausência da Rosane Granzotto, que possui objeções sobre essa inserção. Cleonice Dornelles  
259 defende a busca de parceria com um senador para a inserção de um parágrafo na Lei já  
260 existente, considerando ela, ser a maneira mais eficaz de se conseguir essa garantia de  
261 autonomia. Encaminhamento: Foi aprovado fazer articulações para o Congresso Nacional  
262 alterar a Lei 9.656/98 com o objetivo de dispensar a exigência de pedido médico para  
263 consultas, sessões com psicólogos e sessões de psicoterapia. 36. PL 10105/2018 (PLS  
264 157/2017) - ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA E PSICOLÓGICA GRATUITA AOS  
265 ESTUDANTES DE MEDICINA E AOS MÉDICOS RESIDENTES: Marisa Helena Alves  
266 contextualiza o plenário sobre o PL pede que apreciem a minuta de parecer elaborado pela  
267 Assessoria Parlamentar do CFP (ASPAR), em resposta à ele. Marisa Helena Alves fez a leitura  
268 do parecer para o plenário. Daniela Zanini acredita que o parecer deve abranger mais  
269 argumentos, no sentido de apontar que, apesar de a Medicina ser um curso exaustivo, outras  
270 profissões também possuem suas peculiaridades e necessidades de atendimento. Daniela Zanini  
271 destaca que as outras profissões também precisam ser cuidadas, apesar de não existirem  
272 pesquisas que comprovem isso. Assim, ela diz que é necessário ampliar a abrangência da nota  
273 para outros tipos de cursos e estudantes. Daniela Zanini também destaca que a parte da

274 “pressão da família” deveria ser substituída pela pressão social imposta aos jovens – excluir a  
275 parte da família. Ana Sandra Nóbrega acrescenta que deve ser demarcado ações direcionadas à  
276 Psicologia, começando pelo cuidado da própria profissão. Clarissa Paranhos Guedes aponta que  
277 esse tipo de lei cria um privilégio para uma única classe. Encaminhamentos: a) Fazer as  
278 seguintes alterações no texto: I) Destacar que o CFP se solidariza com os estudantes de  
279 Medicina, mas explicar que outras profissões também possuem peculiaridades e necessidades  
280 de atendimento; II) Lembrar no documento que já existe atendimento gratuito para todos, por  
281 meio das políticas públicas. No caso específico, os diagnósticos e atendimentos são realizados  
282 pelos CAPs; III) Apontar caminhos de como a Psicologia deve atuar nesse contexto; IV) No  
283 parágrafo que fala das pressões imposta pela família, substituir por pressões sociais impostas  
284 pela sociedade aos jovens. V) Sugerir que as universidades disponham de serviços de  
285 atendimento para todos os alunos, independente do curso. Sugerir interface com a rede pública  
286 da saúde. b) Após as alterações, o documento deve voltar para apreciação da Plenária. 37. MP  
287 870/2019 - REESTRUTURAÇÃO MINISTERIAL: Marisa Helena Alves contextualiza o  
288 plenário que essa MP foi assinada pelo atual Presidente da República, destacando que esse tipo  
289 de MP desmonta as políticas públicas que a Psicologia acredita ser a melhor opção a ser  
290 seguida, no tocante à Saúde Mental. Ana Sandra Nóbrega propõe uma reunião com as outras  
291 profissões de saúde que possuem participação nas equipes de Saúde Mental, para assinalar ao  
292 governo que uma mudança importante como essa não pode anteceder a Conferência Nacional  
293 de Saúde, mas que deve ser debatida na conferência. Apontar ainda para Medicina que a  
294 Psicologia também possui conhecimento para versar sobre a Saúde Mental. Ana Sandra  
295 Nóbrega destaca que essa MP contraria a Lei nº 10.216/2001. Encaminhamentos: a) Convidar  
296 outras profissões da Saúde para discutir as novas políticas de Saúde e Assistência Social (temas  
297 da Saúde Mental, por exemplo), dando prioridade para a Enfermagem. b) Discutir com os  
298 CRPs o cenário atual de perda de direitos na saúde e assistência social. c) Retomar discussões  
299 primárias com a categoria sobre as contribuições da Psicologia em relação às Políticas de Saúde  
300 e Assistência Social. d) Conscientizar a categoria sobre os direitos dos usuários dos sistemas  
301 saúde e assistência social. e) A Comissão de Riscos e Desastres e a Compas, juntas, farão o  
302 Diálogo Digital sobre Brumadinho. 38. PONTO APRESENTADO NA APAF DE  
303 DEZEMBRO DE 2018 - NOVA CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL – CIP:  
304 Clarissa Guedes Paranhos explica que o GT da CIP entendeu que o registro da inscrição  
305 secundária não faria parte de forma direta da discussão desse GT, mas como essa inscrição  
306 secundária diz respeito ao atendimento on line por parte dos psicólogos, ela entende que eles  
307 precisam, por ter outra especificidade, agregar profissionais de outras áreas para ajudar nesse  
308 debate. Ana Sandra Nóbrega destaca que, para o psicólogo poder atender on line ele deve estar  
309 registrado e devidamente cadastro no CRP. O Psicólogo pode atender on line, mas precisa  
310 estar fisicamente dentro da sua área de jurisdição, podendo no caso, o seu paciente estar em  
311 qualquer lugar do mundo. Ela aponta, inclusive, que a(o) Psicóloga(o) precisa comprovar o seu  
312 IP. Ana Sandra menciona que ela não acredita que o atendimento on line traga uma nova



313 discussão sobre a inscrição secundária. Encaminhamentos: a) Antigo GT Nova CIP/ Novo GT  
314 Inscrição Secundária: I) A conselheira Clarissa Guedes continuará representando o CFP nesse  
315 GT com o apoio da STI, GTEC e, se for preciso, GAF. II) Iniciar os trabalhos pesquisando as  
316 resoluções vigentes sobre o tema e fazendo um levantamento das normativas, procedimentos,  
317 taxas adotados pelos CRPs. A plenária foi encerrada às 17h50. Esta ata foi lavrada por mim,  
318 Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheiro-Secretário do CFP, a qual foi lida e assinada por  
319 todos os presentes acima nomeados e referenciados.  
320

*Marcos*

*M. da  
Clarissa Guedes*

*Francine*

*Rui de A. da Silva*

~~*[Signature]*~~

*Daniela S. Camargo*

*[Signature]*